

O triste fim duma híbrida lei

Quando na fachada da república se ostentavam, ainda húmidas da tinta, as frases mais prometedoras da propaganda dos comícios, o dr. Brito Camacho, primeiro ministro do fomento, com o ar magnânimo de quem faz uma grande dádiva, publicou uma lei sobre greves, regulamentando-as. A essa lei chamou, com sarcástica ironia, a legalização do direito à greve.

O dr. Brito Camacho zombou, friamente, das classes operárias, ainda nesse tempo um pouco iludidas sobre as intenções dos homens que deitaram abaixo a monarquia. Não foi o direito à greve que ele decretou, mas sim a abolição pura e simples dessa espontânea e irreprimível arma de protesto das classes trabalhadoras. Segundo essa famosa lei, nenhum operário poderia declarar-se em greve sem avisar dessa sua intenção os patrões, com uma antecedência de oito dias. Tal medida, se fôsse posta em prática, tornaria impossíveis quasi todas as greves ou convertê-las-hia em irreparáveis derrotas, o que vinha a dar na mesma coisa. E' claro que nunca um operário abandonou o trabalho dentro das prescrições do decreto, nem tampouco nenhum grevista foi perseguido ou preso por desobediência.

A lei do dr. Brito Camacho era híbrida e, portanto, condenada a ter o valor dum simples pedaço de papel impresso que a ninguém provocava uma platonica curiosidade.

Após a revolução, o governo aboliu o direito à greve. Contra o que muitas pessoas de excelente boa-fé supunham, esse decreto não nos causou a menor indignação. Deixou-nos indiferentes, visto que, nada trazendo de bom, também nada contém susceptível de prejudicar os operários.

O decreto aboliu a lei do dr. Brito Camacho, mas como essa lei abolia as greves, a situação em nada se modificou. Que importava a lei se ela nunca conseguiu ter a menor importância? E' claro que nada se lucrava também com a sua anulação.

Ninguém é obrigado a trabalhar para outrem. Se aluga os seus braços é voluntariamente que o faz. Isto é assim, em teoria, está bem de ver, desde que a escravidão foi abolida. E' claro que a realidade desmente a teoria, pois que os detentores das riquezas naturais e dos instrumentos de trabalho coagem os operários, pela necessidade imperiosa de subsistirem, a aceitarem condições de trabalho altamente prejudiciais e vexatórias.

Nenhum patrão pode forçar legalmente os seus operários a permanecerem ao seu serviço, desde que estes resolvam o contrário. Esta voluntariedade, que não foi abolida, nem aqui nem em nenhum país civilizado, nem mesmo em certas regiões africanas, permite ao operário abandonar o trabalho. E o que é a greve se não o abandono do trabalho e, portanto, o caso dum direito que a lei agora abolida do dr. Brito Camacho nem sequer beliscou?

Porque abandona um operário o trabalho? Fã-lo quasi sempre por não lhe convirem as condições que o patrão lhe impôs. E' inevitável que ele procure fazer com que o patrão se torne menos feroz na sua exploração e se sirva do abandono do trabalho como uma arma para fazer vingar as suas reivindicações. Essa arma tem o nome de greve.

Não está nem nunca poderá estar inscrita em nenhum código, mas existe no coração de todos os explorados, no coração de toda a humanidade. Durará até que a exploração do homem pelo homem, mancha indelével das civilizações modernas e odiosa revivência das escravidões antigas, desapareça da face da terra. Quando as sociedades humanas se libertarem de todas as opressões, as greves deixarão de existir. Hoje, infelizmente, é cedo para as abolir.

São estas considerações que neste momento nos acodem, perante um decreto em que o legislador está decerto convencido de que é tão difícil destruir as realidades sociais como mudar o curso dum rio da foz para a nascente.

ASSINEM Os mistérios do Povo

A GUERRA NO ORIENTE

As potências do Ocidente sem probabilidades de triunfo

Na actual situação do Extremo Oriente está, porventura, desviada a ameaça de um conflito guerreiro, como alguns dizem, provavelmente, sem o acreditarem?

Para responder a esta grave pergunta, examinemos os diversos factores que influem pró e contra a solução guerreira.

Vejam, em primeiro lugar, as influências que tendem para a guerra das armas: São elas, do lado britânico: a lentidão da inteligência britânica para se adaptar a novas condições; a tendência geral da política britânica, vinda pelo cunho do conservantismo e da reacção mais intensos; o ódio dos dirigentes capitalistas à Revolução Russa e a toda a revolução de tendências socialistas; o receio de que a perda do prestígio britânico, desencadeie perturbações e a revolta na Índia na Birmânia, nos Setentamentos. A estes motivos, forçosamente, juntam-se ainda dois outros factores que são, certamente, os que têm mais influência: os interesses dos industriais cuja indústria floresce em tempo de guerra (metalurgia, produtos químicos, especialmente); os dos armadores, por causa dos transportes; e, enfim, os dos banqueiros e capitalistas exportadores de capitais.

A indústria pesada em Inglaterra encontra-se em marasmo, como o estava em 1913 e nos primeiros meses de 1914.

A firma Vickers, da direcção do milionário internacional Baziloff Zaharoff, não deu, supomos, dividendo em 1926. A firma Armstrong fez concordata com os seus credores. Numa palavra, há uma crise intensa nos centros metalúrgicos ingleses (Birmingham, Sheffield, Glasgow para construção de navios de guerra, etc.).

Não esqueçamos de que Sir Austen Chamberlain, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, é natural de Birmingham, onde tem fortes interesses.

Uma guerra seria a salvação para estes capitalistas, assim como para os fabricantes de explosivos, gases, aviões, etc., e, ainda, para os exportadores de capitais, fundadores de manufacturas no Extremo Oriente.

Se a República Cantonense triunfar, os salários chineses subirão ao mesmo nível que os salários ingleses; e, nesse caso, será a ruína das indústrias criadas na China e, por consequência, dos capitalistas exportadores. E' preciso impedi-lo, custe o que custar.

Tais são, em poucas palavras, os factores de guerra do lado dos ingleses.

A política subtil e oportuna da República Soviética

Há também vários factores por parte dos chineses. São:

a) A vontade muito certa e muito firme do Kuo-Ming-Tang de fazer uma China una e indivisível e de estabelecer em toda a China uma República que trate de igual para igual com todas as potências do Ocidente;

b) A influência da extrema esquerda comunista do Kuo-Ming-Tang e do Kuo-Min, que tem por objectivo uma revolução social não sómente na China, mas, também, na Índia, na Indo-China, nas Índias Neerlandesas, etc.;

c) A influência da U. R. S. S. que visa a abater o capitalismo inglês que é a chave da abóboda do capitalismo mundial.

Na realidade, a U. R. S. S. tem um enorme interesse na guerra. Tem, como fim, a destruição do capitalismo no mundo; e, como meio, a revolução em toda a parte. Ora, ela sabe, e não o oculta, porque alguns dos seus dirigentes o disseram, que só uma guerra pode desencadear a revolução em certos países. Conforme o declarou recentemente um dos seus comissários, uma guerra traria fatalmente a criação de várias repúblicas soviéticas-socialistas.

Dois outros factores actuam ainda no governo bolchevique para o levar a uma política de guerra: são eles: a *boyecotage* que o capitalismo ocidental exerce a seu respeito e a situação económico-política interior que disso resulta.

Esta situação é bastante penosa sob o ponto de vista económico, e isto reflecte-se sobre a opinião pública na sua maneira de encobar o governo.

Uma guerra *defensiva*—e é cómodo dar esta aparência às guerras mais ofensivas, como o prova o que se passou em França, na Rússia, na Grã-Bretanha em 1914—unificaria totalmente a Rússia para resistir aos ataques capitalistas. O governo bolchevique atribui-se-lhe uma popularidade, e é certo que a perdeu, como dizem e o murmuram os seus inimigos.

A influência da U. R. S. S., sobre o Kuo-Ming-Tang deve, pois, actuar realmente no sentido da guerra, quaisquer que possam ser as aparências da política, porque uma guerra da Grã-Bretanha contra a China revolucionária depressa abrasaria o mundo europeu.

Uma análise atenta aos vários factores da paz

Vejam, agora, os factores pacíficos.

Do lado inglês, encontramos: 1.º—A influência dos algodoeiros, visto que a guerra representaria para eles o completo encerramento do mercado chinês; e, qualquer que fôsse o resultado da guerra, certamente, o mercado continuaria fechado para eles; 2.º—A influência dos Domínios Sul-Africanos, do Canadá e da Austrália, que declararam que se desinteressariam da questão chinesa. O Labour-Party do Commonwealth (e o australiano começou mesmo uma campanha contra a guerra com a China e preveniu que os trabalhadores se recusariam a carregar, para os exércitos, fôsse que barco fôsse. A isto é preciso juntar a oposição, *fraca* embora, dos liberais na própria Inglaterra; a oposição *forte* das

massas trabalhadoras mais ainda que a dos seus *leaders* parlamentares; e a oposição *fortíssima* da extrema esquerda trabalhista e do pequeno grupo comunista.

A estes factores de paz, devidos à própria situação do Império Britânico, adicione-se a atitude pacífica do Japão, da América e da França. Disto resulta que a Inglaterra tem de operar sózinha. Para assim não acontecer, seria preciso que quaisquer incidentes, como assassinatos de americanos e de japoneses, por exemplo, obrigassem os governos americano e japonês a intervir contra os chineses. Sem dúvida, esses factos dar-se-ão: vai nisso o interesse da Inglaterra. Pelo que respeita à França é mais fácil o entendimento para uma acção comum: basta que a Inglaterra se ponha do lado da França no conflito franco-alemão suscitado e mantido permanentemente pelos nacionalistas alemães e franceses; e, então, a França apoiará a Inglaterra no Extremo-Oriente—simples troca de serviços que dará, de resto, excelentes interesses aos capitalistas da indústria pesada em França e na Alemanha.

A política dos Estados Unidos, do Japão e da França na China não é, pois, um factor dum importância por aí além para a paz. E' certo que a Inglaterra terá o auxílio decidido da Itália fascista. E' uma simples questão de preço. Os capitalistas ingleses sabem, de resto, qual é o valor *real* desse auxílio, para cujo pagamento se entenderão no sentido de ser efectuado por outrem e não por eles.

Do lado dos chineses, os factores pacíficos são:

1.º—Ausência de espírito militar na população chinesa;

2.º—A dificuldade de ter armamentos e munições;

3.º—A falta de capitais.

O chinês, impregnado da filosofia de Confúcio, de Lao Tsé ou do Budismo é anti-guerreiro. Considera o ofício militar como o último dos ofícios, visto como quem o exerce é dado à destruição; e, para o chinês, só vale o produtor.

A fim de se aprovisionar de armas de toda a espécie, o Kuo-Ming-Tang deverá mandar vir esses armamentos pela Rússia e dirigir-se a U. R. S. S. quanto à fabricação deles e sua compra. Ora, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não tem bastantes fábricas para fazer esses armamentos, apesar de ter, com razão, tratado, há alguns anos, com capitalistas alemães a respeito da edificação de fábricas de armas no território soviético. Ela dispõe de poucos capitais para comprar armas a fim de as ceder em seguida ao Kuo-Ming-Tang.

Curiosos paradoxos da política socialista

Além destes factores pacíficos britânicos e chineses, há a política dos partidos socialistas e comunistas de todo o mundo—política oposta à guerra.

E não é esse um dos fenómenos menos curiosos de todos estes acontecimentos.

Com efeito: os únicos beneficiados de uma guerra, seriam os socialistas e os comunistas; porque é evidente que esta nova guerra geraria, na Europa e na Ásia, repúblicas mais ou menos socialistas.

E não obstante, estes partidos propagandam, sem cessar, em favor da paz.

Vêm-se obrigados a fazer uma política em contradição com a rápida realização dos seus objectivos, a fim de atrair a si as massas humanas, opostas à guerra em todos os países.

E' por uma razão da mesma natureza, que a U. R. S. S. tem de afectar uma política de paz. E' obrigada, pela sua propaganda anti-capitalista, a mostrar que o capitalismo engendra necessariamente a guerra e que a mesma República Socialista, só tem propósitos de paz. Orienta esta política de aparência pacífica, com tal habilidade que *Le Temps* se deixa cair nela.

Tendo lido nos *Vestiges*, que a assinatura de Radek, que a U. R. S. S. oferecia os seus bons serviços à Inglaterra para actuar junto de Kuo-Ming-Tang no sentido de um entendimento anglo-chinês, *Le Temps* clamou vitória, imaginando que tal facto era uma confissão de fraqueza da U. R. S. S. ao desajar acima de tudo entender-se com o capitalismo britânico. Que ingenuidade candra!

Esta oferta fez-se porque a U. R. S. S. sabe perfeitamente que ela será recusada. Seria para a Inglaterra descer do seu pedestal recorrer aos bons officios da sua inimiga, a Revolução Russa.

A oferta será recusada; mas a U. R. S. S. ganhará interna e externamente com a sua política de paz. Poderá dizer: «Ofereci o ramo de oliveira; a Inglaterra Imperialista rejeitou-o. Ofereci a paz; o capitalismo ocidental repeliu-a. Sois vós, capitalistas, e não nós, socialistas, quem quere a guerra». E assim falando, ela dirá a verdade, referente à política britânica.

Quando se encara a importância relativa destes factores pró ou contra a guerra do Império Britânico com a Revolução Chinesa, é-se levado a constatar que os factores de guerra se mostram muitíssimo mais poderosos que os factores de paz. Assim, pois, segundo todas as probabilidades, a guerra estalará.

Não creio que a oposição operária na Grã-Bretanha seja bastante forte para impedir o capitalismo britânico de executar o seu plano imperialista.

A guerra no Oriente não dará a vitória ao imperialismo do Ocidente

Ora a guerra no Extremo-Oriente, em pleno território chinês, ainda mesmo que os exércitos e frotas britânicas sejam apoiados pelas frotas e exércitos italianos e, em seguida, pelas frotas e exércitos internacionais, não pode dar resultado nenhum satisfatório aos dirigentes britânicos. Passou já o tempo das expedições militares em que alguns milhares de homens venciam e civilizavam o povo chinês, como o fizeram os Ocidentais no século XIX e a azeram destes. Enviar centenas de milhares e, a fortiori, milhões de soldados, é coisa impossível. E sendo possível, seria inútil: porque se não vence uma nação de 400 milhões de indivíduos que não querem ser subjugados. Destruir-se-iam cidades; acumular-se-iam rui-

nas; amontoar-se-iam cadáveres sobre cadáveres.

E depois? Pois bem, o comércio inglês encontrar-se-ia perante um *boyecotage* geral e a indústria inglesa teria de suportar greves incessantes.

Vistas bem as cousas, parece-me que o próprio Ocidente com o Japão é *absolutamente impotente* diante da China em revolta. Não a pode atingir senão no litoral; e isso mesmo, apenas momentaneamente. De resto, o Japão não marchará com o Ocidente capitalista, por vários motivos: seus interesses económicos; sua situação política interior; a fermentação democrática e socialista-comunista que se agita em seu seio.

E depois, a guerra da Inglaterra contra o Kuo-Ming-Tang transformaria este em Campeão do Nacionalismo chinês e faria que se realizasse a frente única chinesa contra os estrangeiros. Já podemos mesmo descorrer o seu prólogo. A vitória dos ocidentais antolha-se-nos, assim, mais impossível ainda. E se o Kuo-Ming-Tang sair vitorioso, as repercussões desse facto serão gigantescas, não sómente na Ásia, mas ainda na América e na Europa. A U. R. S. S. seria realmente quem triunfaria, porque o capitalismo inglês receberia, com a própria derrota, um tal golpe que a sua destruição seria apenas uma questão de meses.

O capitalismo inglês tem, pois, interesse em transformar a sua luta contra a Revolução chinesa em uma luta contra a Revolução Russa que é a mãe e a alimentadora da Revolução Chinesa. Tem interesse sob todos os pontos de vista: alianças, mercenários, regiões onde se faria a guerra, etc.

Porisso, resultam da situação no Extremo-Oriente, grandes possibilidades de ser transferida a luta para o Próximo-Oriente.

E, então, toda a Europa seria envolvida, porque se combateria desde o Mar Branco ao Golfo Pérsico. Seria a guerra da Reacção contra a Revolução.

O resultado não oferece dúvidas: a Revolução triunfaria.

Mas seria obtido à custa de muito sangue, de muitas ruínas e muitas lágrimas em consequência da teimosia estúpida do capitalismo mundial; especialmente do capitalismo britânico.

Augusto Hamon

N. da R. — Esta crónica está em nosso poder há muito tempo. Os acontecimentos post-revolução ultimamente sucedidos em Portugal impediram-nos de a dar à estampa em devido tempo; mas não perdeu a oportunidade. O que se passa na China confirma já alguma coisa do que foi previsto nesta crónica e o futuro dirá se o lúcido e eminente sociólogo errou no que falta ainda verificar.

A xenofobia exasperada

Alastra, incessantemente o exodo dos estrangeiros

A situação dos estrangeiros em toda a China subleuada não melhora, a pesar de uma aparente calma em Xangai, Cantão e outros centros. Se bem que o nacionalismo chinês não poupe nenhum estrangeiro à sua fúria, são os ingleses os mais combatidos, odiados e perseguidos.

O exodo dos ingleses produz-se como em momentos de extraordinário pânico. Um contra-torpedeiro americano recolheu a bordo, sob em Xangai, 400 subditos de Inglaterra. Estes vinham já foragidos do interior do país, corridos à pedrada pelas populações da margem do Yan-Tsé.

A-pretensão dos acontecimentos de Nanquim, o governo de Londres pretende arrastar todas as notícias a uma acção comum. O argumento britânico é que os atentados em Nanquim visaram os cidadãos de várias nações e, portanto, todas as potências moralmente atingidas devem concertar as medidas a praticar.

E' nas cidades de Hanku e Nanquim que o ódio ao estrangeiro mais refinado se mostra. Os consules ordenam a rápida evacuação dos seus naturais, ao mesmo tempo que também preparam a sua retirada. Assim, os subditos do imperialismo britânico fogem de Xangai, Xunghin, Hanku e Schang.

Em Hanku, todos os bancos estrangeiros têm fechado, tendo os negocios paralisado completamente. As outras colonias de estrangeiros são mais poupadas, porém, a sua situação não deixa de ser inquietadora.

Os alemães estão protegidos pela intervenção dos norte-americanos. Os franceses não têm sido devesas incomodados. Os americanos abandonam quasi todas as cidades.

Entretanto, os preparativos de guerra continuam febrilmente em Xangai, embora os diplomatas do Ocidente continuem aguardando, fingindo desprezá-la, a melhor oportunidade para negociar.

Pormenores do bombardeamento de Nanquim

Uma correspondência de Xangai, com data de 29 de Março último, informa-nos que o bombardeamento de Nanquim foi um acto odioso da parcialidade estrangeira.

O almirante norte-americano Williams quis com esse bombardeamento justificar de qualquer modo as medidas estratégicas que resolvera pôr em prática. Sobre Nanquim, ocupada pelos cantoneses, foram despejadas 500 toneladas de metralha.

Os objectivos do bombardeamento foram abrir brecha nas formações militares dos nacionalistas chineses, a fim de facilitar a saída dos estrangeiros e, também, dos restos da guarnição nordista. Assim, os navios estrangeiros bombardearam ambas as margens do Yan-Tsé, destruindo a cidade de Dukow, que fica na margem esquerda, e quasi arrasando Nanquim, que fica na margem direita. A ofensiva atingia os cantoneses, pois, o bombardeamento protegia a retirada das tropas de Chantung para o norte.

Ver mais noticiário na 2.ª página.

AS CASAS DE "PREGO"

Os mutuários não devem intimidar-se com a ameaça da venda imediata dos objectos que não forem resgatados

Uma carta que nos fala das intenções dos "honrados" penhoristas

Os nossos artigos sobre os penhoristas deram motivo a largos aplausos dos leitores de «A Batalha». As dificuldades da vida colocaram os que vivem de um trabalho probo numa situação de miséria de que o prestamista é o último recurso.

Mas não são cartas de aplauso estão sobre a nossa banca de trabalho. Entre essas missivas há alguns protestos dos pobres penhoristas, feitos de frases agressivas e numa linguagem de viciada. Não estranhemos, nem isso nos intimida.

Tracamos um caminho e por ele seguiremos mesmo que para isso tenhamos que vencer grandes obstáculos.

Há, porém, entre esses protestos um a que vamos fazer referência, embora se acoberte no anonimato. Está assinado por *Um penhorista* e contém frases, na verdade, dignas de se trasladarem para as nossas colunas. Principia assim esse documento:

«Li com interesse e curiosidade os artigos contidos em vossa publicação *A Batalha*. Sou prestamista, como poderia ser mercieiro, sapateiro ou qualquer outra coisa, o caso era ter começado por isso. As afirmações vossas não contidas são umas verdadeiras, outras não, o que, porém, todas traduzem é o rancor que v. ex.ª tem a estas casas...»

A seguir, o signatário diz que os penhoristas não são mais humanitários para com os mutuários porque estão sobrecarregados com grandes impostos, etc., etc...

Abraçamos um parêntese para comentar esta passagem. Em indivíduos com uma elevada noção da vida, como nós, não existem rancores seja contra quem for.

O nosso ataque contra essas casas de ignóbil exploração reflecte apenas o protesto da legião de vítimas que durante muitos anos tem sido vilmente explorada por essa cãfila de sanguessugas. De resto, não nos parece que na população haja quem veja com bons olhos essas casas, designadas em gíria indigena por *Invejoso*, sem que, todavia, exista rancor dessas vítimas. Rancor só existe em pessoas que vivem da miséria humana; em quem não se sensibiliza com as dores alheias. Mas vamos ao resto da carta:

«Não é a taxa de juro o factor principal, mas todas as mais disposições do regulamento que nos coibem de continuar a fazer empréstimos, porque de um momento para o outro estamos na contingência de ver entrar na nossa casa um sujeito qualquer mandado da Caixa Geral de Depósitos para nos fazer a liquidação ao estabelecimento e termos ainda que lhe pagar...»

O leitor certamente já notou o dedo do gigante. Afinal, não é a taxa de juro a causa do protesto dos prestamistas, embora ela seja o pretexto invocado para não se efectuarem transacções.

A liberdade do roubo é o princípio defendido por esses cavalheiros. O signatário deste documento é o primeiro a afirmá-lo tanto no que acima se lê como no que o leitor vai passar a conhecer:

«A limitação dos juros a uma taxa mínima—lê-se na referida carta—impunha-se, na verdade, pois é só este o ponto que podia interessar tanto aos prestamistas como aos mutuários...»

Se não é a limitação dos juros a uma taxa mínima o pómo de toda a discórdia, porque se combate ostensivamente os pobres mutuários, levando-os a um estado de desespero e de aflição?

Senhores prestamistas: tenham, pelo menos, a nobre e altiva coragem de proclamar que não aceitam o regulamento sobre casas de penhores porque é de um entrave ao roubo e à fraude que durante muitos anos praticaram. E apesar do nosso correspondente deixar transparecer na sua carta esta triste verdade ainda na mesma se encontra outra afirmação que vale bem ser conhecida:

«Dessas cautelas ser-lhes-ha passado recibo e depois de avaliados os penhores far-se-hão os contratos pelo justo valor dos objectos, desde que os mutuários entreguem as diferenças que sejam necessárias para o pagamento de juros em dívida ou do valor dos empréstimos.»

A Casa de Crédito Popular tem Agências que funcionam nos seguintes locais:

Sede — Rua da Rosa, 3; Agências: N.º 1 — Travessa da Alameda, 3; N.º 2 — Calçada da Estrela, 36; 3 — Rua Campo de Ourique, 49; 5 — Rua Henriques Nogueira (junto à Câmara Municipal) 6 — Travessa da Queimada, 16; 13 — Rua Pascoal de Melo, 71; 18 — Calçada dos Cavaleiros, 119; 1.º — 19 — Travessa das Monicas, 22-1.º; 20 — Rua Prior do Crato (Alcantara); 25 — Largo dos Jerónimos, 74.

Os homens de negócios

Os proprietários dos terrenos petrolíferos do México falsificaram umas notas diplomáticas da América do Norte, com a intenção perversa de desencadear a guerra entre os dois países.

Sabe-se o que aconteceria. Morreriam centenas de milhares de pessoas e, como dessa carnificina resultaria inevitavelmente a vitória da América do Norte, os detentores dos jazigos de petróleo, realizariam um esplêndido negócio.

Esta audaciosa burla revela bem o desprezo que os homens de negócio têm pela vida humana. E como são eles quem dominam o mundo a ameaça da guerra está sempre iminente sobre os povos. Quando soar o dia em que eles reagirem de vez contra estes sinistros empresários da morte?

Comprimentos

O Diário de Lisboa, referindo o nosso reaparecimento, cumprimenta-nos. Agradecemos. E aproveitamos a ocasião para assinalar que foi dos raros periodicos que não aproveitou a nossa suspensão forçada para nos atacar, o que nesta viciada em que a imprensa se converteu digno de ser posto em relevo.

Secção de Livraria de «A Batalha»

Os gatos, por Fialho de Almeida, os três primeiros números da 2.ª série	2\$50
O Mitrasso, pelo prof. Almeida Paiva	2\$50
Os Crimes da Sacristia, por Alexandre Barbas	3\$00
A Religião da Humanidade, por José Augusto Correia	3\$50
A Filologia perante a História, por Nobre França	5\$00
Os direitos do Estado, por A. Levisse	2\$50

«A maioria dos componentes desta classe são pessoas de cuja honradez não é lícito duvidar...»

E' preciso ter topete para proclamar honradez depois de se demonstrar que aos penhoristas só convem a liberdade de exploração!

A carta a que nos estamos referindo termina com esta frase:

V. Ex.ª pode dizer aos seus leitores que se não apoquestem com os avisos da venda breve, pois nenhuma casa vende objecto algum que não deva mais de três meses...»

Prova-se, com esta frase, que a atitude dos penhoristas só visa um propósito: obrigarem os mutuários a rebelarem-se contra o regulamento, a fim de proporcionarem ambiente aos seus torvos desígnios.

Mas enquanto nós tivermos um sópro de vida não o conseguiremos. Nada há a temer das arruaças dos penhoristas.

Os objectos empenhados, como diz o nosso correspondente, só poderão ser leiloados após três meses da falta de pagamento de juros.

E deixem ladrar os cães que a caravana passará...

Um importante comunicado da Caixa Geral de Depósitos

A Caixa Geral de Depósitos pede-nos a publicação do seguinte comunicado:

«A propósito de notícias publicadas nos jornais referentes à atitude que tomaram as casas particulares de empréstimos sobre penhores, suspendendo as suas operações por não quererem sujeitar-se às formalidades prescritas pelo Regulamento da respectiva indústria, aprovado pelo Decreto n.º 13.333, de 25 do mês findo, chama-se a atenção do público para o facto de o encerramento voluntário desses estabelecimentos estar sujeito nos termos do art. 35 do mesmo Regulamento à publicação de avisos, para que no prazo de três meses os mutuários resgatem os seus penhores, sob pena de se proceder à sua venda em leilão, salvo nos que já se encontrem em atraso legal de juros.

Não têm por esse motivo direito algum os prestamistas de impor a liquidação imediata dos contratos nas referidas condições.

Previdentemente estabelece o art. 37 que os prestamistas que deixem de fazer transacções são obrigados a mostrar os penhores aos portadores das cautelas para facilitar-lhes a sua passagem para as casas de penhores que continuem a funcionar.

Assim, as pessoas que tenham cautelas de penhores de empréstimos efectuados nas casas que suspendam as operações podem apresentar as suas cautelas na Sede da Casa de Crédito Popular — Largo do Calhariz, para se proceder à passagem dos respectivos penhores dessas casas para as Agências da mesma Casa de Crédito Popular.

Dessas cautelas ser-lhes-ha passado recibo e depois de avaliados os penhores far-se-hão os contratos pelo justo valor dos objectos, desde que os mutuários entreguem as diferenças que sejam necessárias para o pagamento de juros em dívida ou do valor dos empréstimos.

A Casa de Crédito Popular tem Agências que funcionam nos seguintes locais:

Sede — Rua da Rosa, 3; Agências: N.º 1 — Travessa da Alameda, 3; N.º 2 — Calçada da Estrela, 36; 3 — Rua Campo de Ourique, 49; 5 — Rua Henriques Nogueira (junto à Câmara Municipal) 6 — Travessa da Queimada, 16; 13 — Rua Pascoal de Melo, 71; 18 — Calçada dos Cavaleiros, 119; 1.º — 19 — Travessa das Monicas, 22-1.º; 20 — Rua Prior do Crato (Alcantara); 25 — Largo dos Jerónimos, 74.

Suplemento semanal ilustrado

Prevenimos os leitores do Suplemento semanal de «A Batalha», que se publicava, normalmente, às segundas-feiras,

que este só reaparecerá daqui por algumas semanas a fim de poder sofrer as remodelações que se impunham, por forma a colocá-lo, em todos os seus aspectos, à altura da sua grandiosa missão.

CRISE DE TRABALHO

A crise tipográfica

A comissão pró-desempregados dos quadros dos jornais suspensos, por efeito do movimento revolucionário de Fevereiro último, reunida ontem, juntamente com os seus agregados e presidida por um membro da direcção da Associação de Classe dos Compositores Tipográficos, debateu vários assuntos que interessam à colectividade e constatou que era necessário, em virtude de várias irregularidades que chegaram ao seu conhecimento, convocar uma assembleia geral da classe para a próxima sexta-feira, 8 do corrente, a fim de apresentar o seu relatório. As autoridades competentes vai ser requerida licença para esta reunião.

Atendendo à importância do assunto, espera esta comissão a compare

100



A AMEAÇA NEGRA

A reacção clerical está agindo, em todo o país, como em terreno conquistado

Pretende-se voltar aos tempos da Inquisição, de que se faz já ostensivamente uma apologia audaciosa e persistente. A pretexto das doutrinas cristãs, nascidas numa das mais incultas e atrasadas tribus da Sírria, e incapazes de materialização social, pois a própria igreja as deturpa denunciando-as desde recuados séculos como heréticas, desenha-se uma ofensiva contra o progresso e contra a liberdade. Pouco nos incomodaria que houvesse quem, a pretexto da incerteza em que se vive perante certos problemas da vida, entendesse adorar uma divindade invisível, inexistente e extravagante, não misturando seu credo com as manifestações da vida social. Mas a Igreja imiscui-se em tudo, inclusive na nossa vida particular, tutelando-nos como se fôssemos menores ou seres atrasados pertencentes a alguma tribo de cafres ou de hotentotes, educando os nossos filhos substituindo-se aos professores, ditando ao nosso coração e à nossa sensibilidade leis inexoráveis e anti-humanas e ideias que seriam admissíveis para a sociedade de escravos e de labregos que escutam, maravilhada e estupefacta, as incoerentes e inverossímeis prédicas de Cristo.

Inimiga do saber e do trabalho, declara que o milagre substitui e ultrapassa a ciência e o esforço humano, proclamando que a sabedoria é inútil e todo o esforço é igualmente inútil, desde que não dimanem de Deus. Nenhuma virtude humana conta para ela. Rezar vale mais do que trabalhar ou lutar pelo bem estar do próximo. Ser freira, isto é, passar num convento uma existência inteira moendo e remoendo orações, é preferível a ser mãe; ser padre é ser-se infinitamente mais útil do que lançar à terra a semente que a fecunda e dá o pão. E contra a legião de parasitas e de exploradores, dumha crença indemonstrada, gerada fora do entendimento humano e de uma inimiga, legião que é contrária a tudo quanto pode constituir a alegria de viver que lançamos o nosso alarido. E aí daqueles que continuam de braços cruzados, assistindo ao rol da onda reaccionária que ameaça avassalar a sociedade. Dentro em pouco só lhes restará o recurso de irem juntar-se à longa lista dos que a igreja, pela vida fora, tem ferozissimamente crucificado!

A Igreja de Roma caminha em Portugal, a passos agitados, para a usurpação da liberdade de consciência. Os seus sequeiros não ocultam seu contentamento, que é legítimo, pois os triunfos da reacção suc-

dem-se ininterruptamente uns aos outros. Não estamos longe de entrarmos num período de intolerância religiosa, com toda a prolífica procriação de perseguições e de violências que a caracterizam. A influência católica é já hoje grande, principalmente nas classes dominantes. E mais não é preciso para que dentro em pouco a sociedade portuguesa seja joguete das intrigas de padres e de maquinações jesuíticas.

A Igreja não muda de processos, nem abandonou a velha tática de captar a amizade dos poderosos, quasi sempre aptos às crenças mais supersticiosas, para servindo-se da força deles que ela denomina braço secular, agir contra o resto da sociedade, esmagando com sistemática crueldade todas as suas veleidades de independência e de liberdade.

Não envolvem estas palavras um ataque aos crentes—aos crentes sinceros que não colaboram em todas essas ridículas e teatrais exhibições de fé que, de algum tempo para cá, se veem multiplicando, com assustadora rapidez. E' claro que as crenças dessas criaturas não nos merecem incondicional respeito, pois isso equivaleria a curvar-nos, a ajoelhar-nos nos contritos perante o erro e a mentira. Respeitamos o crente, reconhecendo-lhe o direito que ele tem de acreditar em seculares patranhas, mas esforçamo-nos, evidentemente, em auxiliá-lo a libertar-se de todas as ideias dogmáticas e preconcebidas que lhe obliteram o raciocínio e o reduzem a um pobre ser fácil e perversamente manejado pelos ultramontanos. Uma humanidade composta de crentes é uma humanidade de escravos; será também uma humanidade condenada a suportar todas as violências partidas quasi sempre duma minoria a quem o exercício dum poder político descrençário e absoluto degenerou e corrompeu até à medula.

E' bom não esquecer que a Igreja não exige ao crente apenas que seja crente, mas sim que lhe obedeça cegamente, colocando acima dos seus interesses e das suas aspirações o velho sonho da suzerania espiritual e temporal do mundo. Contra a sociedade moderna que não é eclesiástica mas civil está declarada, pelos corifeus da Igreja, uma guerra de exterminio.

O tempo quer subjugar a fábrica, conquistar a escola, dominar a caserna a fim de fazer retrogradar a civilização aos tempos medievos em que as descobertas da ciência eram consideradas obras do diabo e os sábios supliciados e queimados nas fogueiras dos autos de fé.

pela Polícia de Informações do Ministério do Interior, à qual foi remetido pela Polícia de Coimbra.

Deve acrescentar que o Director da Polícia de Informações, tenente sr. Brás Vieira, soube conquistar a minha gratidão, tratando-me (a um adversário político) com um desvelo que eu não poderei esquecer nunca!

Em atenção pelo meu estado de saúde, aquele senhor não permitiu que eu desse entrada nos calabouços, e abriu para mim uma excepção, instalando-me nas dependências das suas repartições, onde andei à vontade.

Aceitei, prezados colegas, a expressão do meu fundo reconhecimento pelo interesse que manifestastes pela minha situação. Reconhecidamente, me subscrevo — Roberto das Neves.

Lisboa, 1927, Março, 28.

DESPORTOS

A festa de hoje em Marvila

Ao programa da festa de Marvila, que hoje se realiza no Campo do Grupo Desportivo do Pessoal da Companhia dos Fósforos, foi acrescentado o nome do Vencedor de Jogos Foot-ball Club, que se decidiu a tomar parte nas provas de atletismo: Estafeta olímpica e 5.000 metros pedestres.

Em "foot-ball", além do encontro de segundas categorias entre o Gremio do Bairro de Inglaterra e o Marvilense Foot-ball Club, bateu-se as primeiras categorias do Luzo Foot-ball Club do Barreiro. Estes e os primeiros teams do Marvilense e do Fósforos vão lutar para a posse do bronze "Gremio do Bairro de Inglaterra", que será entregue àquele que consiga marcar maior numero de bolas.

Em ciclismo, disputam a primazia, Marvilense, Gremio e Fósforos; e em atletismo tomam parte os Vencedores de Jogos F. C. Marvilense F. C., Fósforos e Gremio do Bairro de Inglaterra.

A festa inicia-se às 12 horas e termina às 18 horas.

AGREMIações VARIAS

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.—Realiza-se hoje, conforme foi noticiado, festa de solidariedade promovida por esta Caixa.

Um livro interessante

Acaba de ser posto à venda uma bela obra de RICARDO MELLA,

"IDEARIO" que consta dum volume de 336 páginas dividido nos seguintes capitulos:

Doctrina — Critica Social — Educação — Liberdade — Tática — Evolução — Revolução — Violência — Liberdade — Autoridade — Enxysus Filosófico — Ideário — Ideia Iconoclastas — Moral — Temas sociológicos — Pedagogia — Vida Espiritual — Homens Representativos — Trabalhos Polémicos — Lecturas — Fragmento Inédito.

Preço 15\$00 — Pelo correio 16\$50
Pedidos à Administração de "A BATALHA"

Federação Portuguesa de Solidariedade de Presos e Perseguidos por questões sociais

(Transcrição Integral dos seus estatutos aprovados na conferência efectuada em Lisboa em 30 de Janeiro de 1927)

CAPÍTULO I

Da Federação e seus fins

Artigo 1.º É constituída em Portugal entre os Comités Locais de Solidariedade a presos e perseguidos por questões sociais, uma Federação com a designação de — Federação Portuguesa de Solidariedade a Presos e Perseguidos por Questões Sociais. A sua sede é em Lisboa.

Art. 2.º A Federação tem por fins:

- Desenvolver uma intensa propaganda em toda a região portuguesa no sentido de constituir Comités Locais.
- Subsidiar todos os presos que o tenham sido pela realização de quaisquer actos consequentes da luta social tendentes à emancipação dos trabalhadores.
- Subsidiar todos os perseguidos que se encontram na situação da alinea anterior.
- Estabelecer relações internacionais com as organizações suas congéneres.
- Promover a criação dumha International de Solidariedade.

CAPÍTULO II

Do Comité Executivo

Art. 3.º A conferência nomeia um Comité Executivo composto por:

Um secretário administrativo, um secretário de relações internas, um secretário de relações externas, um secretário de propaganda e um secretário de informações.

a) Os membros do Comité Executivo servem de Conferência, sendo o seu mandato revogável.

b) O Comité Executivo reunirá uma vez por semana.

c) São atribuições e deveres do Comité Executivo:

- A administração da Federação e execução das decisões das Conferências e nos casos omissos segundo referendos aos aderentes.
- Elaborar e apresentar o mapa trimestral de receita e despesa aos aderentes.
- Resolver todas as questões urgentes, dando contas aos aderentes.
- Realizar todos os trabalhos de propaganda e quaisquer outros de interesse para os presos e perseguidos.
- Elaborar e apresentar à Conferência anual um mapa de receita e despesa e um relatório moral.

Art. 5.º Todos os serviços prestados pelo Comité Executivo serão gratuitos, salvo quando esses serviços impliquem perda de vencimentos.

Art. 6.º Compete especialmente aos membros do Comité Executivo:

- Ao secretário administrativo: Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comité Executivo, fazer todo o serviço de escrita, tais como, livro-caixa, etc com os comités locais e mapas financeiros.
- Ao secretário de relações internas: Elaborar toda a correspondência nacional, relatórios morais e ainda outros trabalhos que lhe sejam designados pelo Comité.
- Ao secretário de relações externas: Estabelecer e manter toda a correspondência internacional e ainda outros trabalhos que lhe sejam designados pelo Comité.
- Ao secretário de propaganda: Realizar toda a obra de propaganda de acordo com o Comité Executivo e Comités Locais.
- Ao secretário de informações: Conhecer o estado dos presos em cada prisão, situação económica e moral, número de presos em cada cadeia, confecção de recibos e requisição de dinheiro ao secretário administrativo.

CAPÍTULO III

Condições de adesão

Art. 7.º Todo o Comité local para aderir terá como condição concordar e orientar-se por estes estatutos. Esta confirmação deverá ser da assembleia geral.

Art. 8.º Cada Comité deverá satisfazer a cotização que lhe competir conforme os estatutos.

Art. 9.º Todo o Comité que se coloque em contradicção com os fins e objectivos da Federação ou que esteja em atraso mais de 3 meses de cotização, será irradado e deixará sem resposta o convite que lhe seja feito para pagamento ou explicações. Essa irradiação só será feita depois do "referendum" aos aderentes, tornando a sua resolução pública e esclarecendo os motivos que levaram a tal.

CAPÍTULO IV

Da cotização, caderneta e label

Art. 10.º — A cobrança aos Comités será feita por meio de selos, que por sua vez os venderão aos seus filiados e não filiados pelo preço mínimo de \$50, aos filiados individuais, fixado nos presentes estatutos.

a) A cota para os organismos aderentes aos Comités locais é voluntária.

b) Os Comités deverão enviar mensalmente ao Comité Executivo da Federação acompanhando a cotização a inscrição dos seus aderentes individuais e colectivos para efeitos de estatística.

c) O sistema de recibos dos Comités locais será feito da forma seguinte: Recibo e dois talões sendo o primeiro para o organismo aderente ou indivíduos e o talão enviado ao Comité Executivo, ficando o último em seu poder.

Art. 11.º Serão fornecidas cadernetas para aposição de selos.

Art. 12.º O Comité Executivo da Federação para valorização dos seus documentos usará o label que corresponderá ao modelo dos respectivos selos.

Art. 13.º Os Comités locais poderão usar o label nos seus documentos como reconhecimento da sua adesão à Federação.

CAPÍTULO V

Dos fundos da Federação

Art. 14.º Os fundos da Federação são constituídos por todas as receitas dos Comités locais, por cotização voluntária e directa dos Sindicatos e quaisquer outros

NO REGIME CAPITALISTA

AS INFINDÁVEIS AMARGURAS DOS COLONOS EM AFRICA

Planalto de Benguela, Fevereiro.—Aqueles que no continente não podem angariar os indispensáveis recursos da própria subsistência e se deslocam para terras de África, na esperança de um condicional de safo economicamente, apenas conseguem, longe da sua terra, miséria e abandono. A exploração de tantos descendentes dos discipulos de negreiros não se atenua a vista de sofrimentos humanos.

Supõem os pobres colonos, que aqui vêm tentar melhor fortuna, que a abundância de terrenos vastos e fértilissimos, uma vez que os cultivem, se tornarão recursos inexauríveis de bem-estar. E assim pensando, com toda a aparência da lógica simplista, o homem abandona lar, família e amigos, para chegar à África apenas com a boa vontade de trabalhar com maior proveito.

O desengano é doloroso. Logo, de principio, a realidade destrói brutalmente, no desventurado emigrante, a sua esperança de conquistar, com o seu sacrificio e o seu trabalho, vastos recursos que sejam, depois, valiosos penhores da felicidade do lar. Só a dor, a desolação, vem encontrar o mísero colono, enquanto, na terra distante, os parentes amados vão desaparecendo sob o flagelo da fome.

Os pregadores desta illusória felicidade atribuem à dificuldade das transições de fundos o insucesso da emigração. E quando essas transições, houve entre os infelizes a maior alegria. Em vez de economia, porém, era a ruína total que a realidade oferecia aos esperançados: o prémio da transição era elevado e numerário não havia; emfim, a falência trágica de tanto esforço.

Na circulação monetária só apareciam... as «Ritas», as célebres cédulas de 50 centavos com o abito financeiro de Norton de Matos tivera por consequência. E essas cédulas não eram aceites pelo Banco de Angola. A situação continuava a mesma: não são possíveis as transições.

A produção agrícola nenhum rendimento dá ao colono. O indígena trabalha por pro-

agrupamentos e ainda por quetes, festas, etc.

Art. 15.º A aplicação dos fundos da Federação, depois de deduzidas as despesas de expediente e propaganda, destinam-se há a auxilio a presos e perseguidos.

CAPÍTULO VI

Das Conferências

Art. 16.º A Federação realizará anualmente uma Conferência nacional, cuja data e local será fixada pelo Comité Executivo e d'acôrdo com os seus aderentes.

Art. 17.º Cada Comité deve fazer-se representar na Conferência pelo numero de delegados que julgar conveniente enviar, tendo apenas um voto.

§ único. Só são aceites delegacias directas e indirectas dos Comités que existam fora do continente.

Art. 18.º Fixada a data da Conferência os Comités locais deverão comunicar ao Comité Executivo quais os assuntos que desejam submeter ao estudo da Conferência, para ser elaborada a ordem de trabalhos e publicada com um mês de antecedência para os respectivos Comités poderem apreciar nas suas assembleias gerais.

CAPÍTULO VII

Do Boletim

Art. 19.º O Comité Executivo elaborará um boletim informativo que enviará mensalmente a jornais, Comités locais, Sindicatos e aderentes.

Art. 20.º A orientação do Boletim será inspirada nos principios da Federação e tratará dos seguintes assuntos: Vida administrativa, propaganda, perseguições, informes internacionais, etc.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 21.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados por outra Conferência.

Art. 22.º No caso de dissolução da Federação os haveres da mesma serão entregues à Conferência Geral do Trabalho desde que a sua orientação esteja de acôrdo com os presentes estatutos.

Solidariedade

Federação Portuguesa de Solidariedade

Reúne-se na próxima terça-feira, às 21 horas, o comité executivo da Federação Portuguesa de Solidariedade a Presos e Perseguidos por Questões Sociais.

Foi descoberta uma fábrica de moeda falsa

que a policia não tinha conseguido descobrir

A policia teve conhecimento de que corriam, como boas, moedas falsas de um escudo, que tinham a particularidade de com o uso se não fazerem negras como as que são fabricadas na Casa da Moeda, unico motivo por que se diferenciavam.

Por um acaso, a policia, que a policia nunca conseguiu descobrir, foi encontrada por uns empregados da Federação das Cooperativas que, indo a um barracão que pertenceu a Benjamin Rodrigues de Carvalho e que agora passou para a posse daquela Federação, sito em frente da estação de Benfica, encontraram uns cunhos e moldes em gesso e grande quantidade de moedas de um escudo, que denunciaram a existência dos falsificadores.

Os empregados da Federação que fizeram o achado, srs. Feliciano Cunha e Manuel Carvalhais, comunicaram o caso à policia, que já prendeu o Benjamin de Carvalho, que se encontrava escondido em Pedrouços, devendo também ser preso um individuo de nacionalidade espanhola que dormia no referido barracão e se fazia passar por caixeiro viajante duma casa de meias.

SOCIEDADES DE RECREIO

Concentração Musical 24 de Agosto

—Hoje, às 21 horas, baile.

CRONICA DO ESTRANGEIRO

Os aspectos da guerra civil na Nicaragua

Um país sacudido por discórdias civis e ameaçado pelo imperialismo estrangeiro

A Nicaragua não conta mais de 600.000 habitantes. O seu exército, no tempo de paz, não excede 5.000 homens e pouco mais do dobro em caso de guerra. A sua marinha de guerra consta apenas de uma pequena canhoneira e respectiva tripulação.

Esta república, todavia, continua agitada por uma tremenda guerra civil. De um lado, os liberais, chefiados pelo sr. Sacasa, presidente esbulhado, que pretendem salvar a independência política do país. Do outro os conservadores, chefiados por Adolfo Diaz, o intruso que negociou com o estrangeiro poderoso.

Entre ambos, reprimindo brutalmente os primeiros e comprando os segundos, o imperialismo norte-americano procura ganhar terreno para cortar a Nicaragua em um canal que facilite a rápida e continua deslocação das poderosas esquadras.

A luta é violenta. Os liberais tomam cidades e armamento, chegando a cortar a retirada aos conservadores. Ultimamente, os liberais ocuparam Ginegeta, que conta 7000 habitantes; Tierra Azul, onde tomaram 23 metralhadoras, 600 espingardas e 700.000 cartuchos, além de caminhões e depósitos de viveres; Esquipulas, tomando 27 metralhadoras, 678 espingardas e 600.000 cartuchos. O exército liberal conta actualmente 8.000 homens. Tem fornecimento para lutar um ano.

Os norte-americanos não podem suportar o triunfo dos liberais. Ao mesmo tempo que invadem a Nicaragua, emprestam dinheiro ao intruso Diaz. Um milhão de dólares foi emprestado ao mercador da pequena república. Cada soldado do exército conservador receberá dois e meio dólares, para que não haja mais deserções.

Várias notícias

A dominação francesa na Sírria

PARIS, 2.—O sr. Poutot, alto commissario na Sírria, expôs a comissão dos negocios estrangeiros da câmara dos deputados a situação politica e financeira daquele país, começando por afirmar que ela se encontrava normalizada, permitindo uma redução, de 40 a 20 por cento nos efectivos das tropas de occupação. Completando as considerações do sr. Poutot, o sr. Briand disse que a politica francesa na Sírria tem sido sempre inspirada no bem estar da população indigena, sem contudo, perder de vista os agitadores como lhe cumpre na sua qualidade de mandatario na Sírria.

As tropas francesas derrotaram os rebeldes da região de Deja, infligindo-lhe grossas perdas, efectuando elevado numero de prisioneiros e perseguindo os fugitivos. — (L.)

Uma conferência que fracassou

GENEVA, 2.—Em consequência dum desacôrdo, a comissão preparatória da conferência do desarmamento adiou a sua decisão sobre o limite dos efectivos aéreos. A comissão abordou o exame do material de aeronautica, deliberando que o limite atinja os dirigíveis em serviço e aqueles destinados a substitui-los. — (L.)

A frente da «influenza»

GENEVA, 2.—Conforme o boletim apresentado pela comissão sanitária da S. D. N. a epidemia de influenza tem decrescido. Na semana finda registaram-se 224 mortes nas cidades inglesas e na anterior 358 na Sírria. A epidemia da influenza começou a grassar no Irak. E' de carácter benigno. — (L.)

Filantropia burguesa

GENEVA, 1.—O conselho de repartição internacional do trabalho inscreveu no programa da conferência internacional marítima, 1929 (mil novecentos e vinte e nove) o problema da regulamentação do dia de oito horas de trabalho na marinha mercante. — (L.)

Uma tragédia no mar

GIBRALTAR, 2.—O vapor inglês «Auton» que procedente de Liverpool se dirigia para Calcutá chocou, devido ao nevoeiro, com o navio espanhol «Jacinto» tendo morrido dezoto pessoas. — (L.)

Assim se «prega» o se fogo...

BERLIN, 2.—Quatro antigos officiaes do exercito imperial russo assassinaram as officinas do jornal «Ru», espancaram o director e puzeram-se em fuga. — (L.)

Bismarck fascista...

BERLIN, 2.—Realizaram-se em toda a Itália cerimoniaes comemorativas do aniversário do nascimento de Bismarck. — (L.)

Um «complot» que surge...

SANTIAGO DO CHILE, 2.—A policia chilena descobriu um «complot» cuja finalidade era o assassinio do embaixador norte-americano. Foram efectuadas numerosas prisões de anarquistas. — (L.)

... e outro que liquida

MADRID, 2.—Começou ontem o julgamento do general Weyler, presumido chefe militar da conspiração espanhola de Junho. — (L.)

Os italianos em Albania

ROMA, 2.—Os jornais classificaram de tendenciosa a noticia de um pretendido desembarque de artilharia italiana em Durazzo. — (L.)

Edições SPARTACUS

A Teoria Libertária ou o Anarquismo, por Campos Lima, 3\$00.

Entre Vinhedos e Pomares (novela), por Mário Domingues, 6\$00.

No Sertão d'Africa (contos tradicionais indígenas), por Manuel Kopke, 6\$00.

A venda nas livrarias e na administração de A Batalha.

Depósito: «Livraria Renascença», rua dos Poiais de S. Bento, n.º 27—Lisboa.